

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Bruna Liria Avelhan

**INSTITUIÇÕES E ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA EM SISTEMAS
AGROINDUSTRIAIS**

Projeto de Pesquisa apresentado com
requisito para inscrição no Programa
de Bolsas de Doutorado Sanduíche
no Exterior – PDSE-CAPES.

Maringá

2016

Instituição de destino	Universidade de Toulouse, INP, E.I. Purpan
Período de afastamento	17 de abril de 2017 a 17 de outubro de 2017
Indicação de coorientador no exterior	Prof ^a Doutora Melise Bouroullec

1 INTRODUÇÃO

Este projeto tem como objetivo possibilitar o maior aprofundamento teórico e também acerca dos sistemas agroindustriais foco deste estudo. A ênfase teórica da tese que está sendo desenvolvida reside na compreensão mais aprofundada da influência do ambiente institucional no desenho e funcionamento das estruturas de governança. Sendo assim, ter a possibilidade de contato com outro contexto institucional será de extrema importância para o resultado da tese que está sendo desenvolvida. A partir do conhecimento da dinâmica dos sistemas agroindustriais de carne de frango e suíno da França, bem como do ambiente institucional daquele país, será possível analisar os SAGs brasileiros e o contexto institucional local com maior propriedade. Isso permitirá que o resultado da tese possua maior valor analítico. Assim, esta proposta apresenta o problema, justificativa e procedimentos a serem desenvolvidos durante o período de afastamento para o programa Sanduíche na Ecole d'Ingénieurs de PURPAN, na França, para um período de seis meses.

2 JUSTIFICATIVA

Entre os sistemas agroindustriais (SAG) de carne no Brasil, o de carne de frango e o suíno apresentam como desenho típico da relação o sistema de integração envolvendo produtores e processadoras (contratos de integração) (ANUALPEC, 2013; BRENZAN; SOUZA, 2012). Entretanto, outros arranjos podem ser encontrados nessas transações, como por exemplo a troca via relações de mercado ou mesmo a produção independente no elo à montante das cadeias. Aliado a essa informação, quando se volta para os dados de crescimento ao longo do tempo, nota-se que o SAG de carne de frango experimentou um crescimento na sua produção bastante expressivo. Em 2001, a produção era de 07 milhões de toneladas e, no ano de 2015, esse número saltou para aproximadamente 14 milhões de toneladas, um crescimento de 100% (OECD-FAO, 2015). Por outro lado, para os suínos, em 2001, a produção era de 2,7 milhões de toneladas e, em 2015, foram produzidas pouco mais de 3,5 milhões de toneladas, um crescimento de 29,6% (OECD-FAO, 2015).

Com relação ao consumo doméstico dessas carnes, a de frango foi a que obteve o maior crescimento nos últimos 30 anos, tornando-se o tipo de carne mais consumido pelo brasileiro, ultrapassando inclusive a carne bovina. No entanto, no ano de 2013 a carne bovina e a carne de frango obtiveram praticamente o mesmo número, com 40 kg/habitante para a bovina e 41,8 kg/habitante para a de frango (CEPEA-CNA, 2015). A carne suína, por sua vez, tem experimentado um crescimento constante, mas moderado ao longo dos últimos 30 anos. Em 2013 a quantidade de carne suína consumida por pessoa foi de 15,1 quilos (CEPEA-CNA, 2015).

Observa-se então que esses SAGs ao atingirem o consumidor final concorrem entre si. Embora a decisão da escolha esteja com o consumidor, os elos anteriores que compõem tais SAGs podem, de maneira indireta, influenciar a escolha na ponta da cadeia, seja por preço (custo para o varejo), seja por disponibilidade, por confiabilidade da marca, qualidade do produto em questão, entre outros. Portanto, há fatores que são possíveis de serem bem articulados nos elos anteriores do sistema que são evidenciados no ponto de venda. Essencialmente os arranjos devem apresentar eficiência no seu desenho, ou seja, economizarem em custos de transação. Ao chegar ao consumidor final o valor incorporado aos produtos e serviços oferecidos, tendo por base os *inputs* inseridos ao longo da cadeia, devem ser atrativos ao próprio consumidor bem como aos agentes que compõem os elos anteriores.

Assim, a sustentabilidade das relações, e do SAG como um todo, se baseia na forma pela qual os agentes se relacionam, ou transacionam. Quanto maior for a eficiência global do SAG e quanto maior for o valor agregado em cada um dos elos, maiores serão os incentivos para que os agentes permaneçam nas relações estabelecidas, e também, para que novos integrantes sejam atraídos. Nesse sentido, a distribuição do valor gerado entre os diversos atores que compõem os SAGs, bem como os mecanismos pelos quais tal distribuição é operacionalizada, se torna questão relevante para o entendimento das formas de governança adotadas nos elos anteriores dos SAGs, nomeadamente os produtores e processadores.

Nesse sentido, destaca-se a importância de se compreender a influência do ambiente institucional na dinâmica apresentada pelas estruturas de governança pelas quais se transaciona. Pode-se entender os reflexos do ambiente institucional como as garantias e as condições que ele proporciona para o desenho e funcionamento das estruturas de governança. No entanto, destaca-se também que tais condições e garantias podem ser oferecidas também pelo processador. Na verdade, trata-se também de incentivos para se engajar e permanecer (ou não) em relações de troca. Williamson (2000) apresenta os quatro níveis de análise social em

ordem de intervalo de tempo para que os padrões mudem ou se consolidem, quais sejam: *Embeddedness* – enraizamento, ligado aos costumes; Ambiente Institucional – as regras do jogo; Governança – jogar o jogo; Alocação de recursos e emprego - relacionado a preços e quantidades. Conforme o autor coloca, todos esses níveis possuem conexão entre eles, ou seja, uma ação em um determinado nível reflete mudanças em outro nível. O autor ainda destaca que esses feedbacks podem se dar “de cima para baixo” e também “de baixo para cima”. Considerando essa interconexão entre os níveis, a melhor compreensão das condições e garantias para o estabelecimento de relações de troca, ou seja, jogar o jogo se justifica.

Esse é o tema que envolve o desenvolvimento da tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em Administração, na Universidade Estadual de Maringá. Dessa forma o enfoque nas instituições e o olhar para as estruturas envolvendo a produção de frangos e suínos, indicou que um estudo buscando a experiência de outros países no tratamento dessa questão, seria importante contribuição para o direcionamento do trabalho, no Brasil. Especialmente, a experiência francesa na consideração das instituições na orientação de arranjos do agronegócio, indicam esse País como importante referência para o estudo. Em complemento, os projetos já desenvolvidos com a Universidade de Toulouse, INP, E.I. Purpan, notadamente com a Professora Melise Bouroullec, qualificam essa instituição para que o projeto desse nível seja desenvolvido.

3 PROBLEMA E OBJETIVOS

3.1 Problema de pesquisa

Como a experiência do modelo Francês de instituições (formais e informais) no regramento das relações nos sistemas agroindustriais de frango e suíno, podem contribuir para aperfeiçoar o modelo brasileiro de orientação para esses SAGs.?

3.2 Objetivo geral e específicos

3.2. 1 Objetivo geral

Compreender como a experiência do modelo Francês de instituições (formais e informais) no regramento das relações nos sistemas agroindustriais de frango e suíno pode contribuir para aperfeiçoar o modelo brasileiro de orientação para esses SAGs.

3.2.2 Objetivos específicos

- Identificar e caracterizar como se apresentam as estruturas de governança ao se considerar o sistema francês de produção de suínos e frango;
- Compreender a influência do ambiente institucional francês na dinâmica operacional e coordenação desses sistemas agroindustriais

4 BREVE REVISÃO DA LITERATURA

Por que se observa arranjos com diferentes formas de organização para o mesmo tipo de ativo? A configuração “estranha” à teoria garante o direito de propriedade? Será que não é necessário o estabelecimento de uma estrutura para que as trocas ocorram, e os valores, dessa forma, sejam criados e transmitidos?

O questionamento pontuado acima é norteador na orientação da resposta à pergunta de pesquisa. Para que seja possível realizar a melhor compreensão da problemática do estudo, parte-se do pressuposto que há a especificidade de ativos. Sendo assim, o enfoque dado é o entendimento e a definição das condições *ex ante* à realização da transação. Embora se destaque que as considerações *ex post*, por vezes, sejam trazidas à tona. Nesse sentido, para que se faça a identificação das condições e das garantias que exercem influência na configuração do arranjo entre produtores e processadores, é preciso o entendimento de alguns conceitos, descritos abaixo.

4.1 Instituições

As instituições são restrições criadas pelos seres humanos que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais. Elas consistem tanto em restrições informais, como regras formais (NORTH, 1991). Em um mundo de incerteza, onde ninguém sabe a solução correta para os problemas, a construção de “referências” nos auxilia no processo de eliminação e minimização de erros (NORTH, 1992). Nesse sentido, é importante destacar que as instituições podem ser desmembradas em três pilares: regras formais, normas informais de comportamento e as características de *enforcement* (NORTH, 2003).

As regras formais têm como característica serem específicas e precisamente definidas. Ocupam, assim, uma pequena proporção como guias de nosso comportamento. As normas informais de comportamento, por sua vez, são as maneiras de se fazer as coisas, que podem

ser entendidas como a herança cultural das sociedades, nos seus diversos níveis (país, região e localidades). São os tabus, costumes, tradições e códigos de conduta. Por fim, apresenta-se as características de *enforcement* de ambos os tipos. Para essa questão é importante salientar que, embora o *enforcement* seja parte integrante e igualmente importante (aos outros dois pilares) para a avaliação da evolução das instituições, ele nunca é perfeito. Isso porque existem custos para se realizar o *enforcement* e desse modo é preciso avaliar o retorno dos recursos destinados a tal atividade. Deve-se fazer a avaliação entre o *enforcement* imperfeito e o comportamento que se obtém. (NORTH, 1991; 2003).

4.2 Custo de transação e as definições de direito de propriedade

Os custos de transação para Barzel (1997) se relacionam à transferência, captura e proteção de direitos de propriedade. Para Arrow (1969), por sua vez, os custos de transação são traduzidos nos custos de fazer funcionar o sistema econômico. Para ambos autores há importância das instituições para a definição dos custos envolvidos, seguindo a lógica de North acima apresentada. Nessa orientação, observa-se que os direitos de propriedade, entendidos como o conjunto de direitos formais e informais de uso e transferência de recursos (ALSTON; MUELLER, 2005) irão impactar nos custos de transação incorridos pelos agentes para estabelecerem relações de troca.

Os direitos de propriedade se apresentam como importante fator na compreensão dos custos de transação para os agentes que transacionam. Sob a ótica de Barzel (1997) o direito de propriedade pode ser dividido entre direito legal e econômico. O direito econômico trata da habilidade de se beneficiar de um produto ou serviço, tendo seu valor representado pelos custos de captura e proteção. Sendo assim, o direito de propriedade sobre o ativo é resultado do esforço próprio para a proteção do ativo da captura por outros agentes e também da proteção estatal. Nesse sentido, agentes podem ter diferentes graus de controle sobre atributos dos ativos, e dessa maneira, exercer mais ou menos direito econômico sobre o bem (FOSS; FOSS, 1999). Essa habilidade é uma questão relevante a ser considerada, estando “relacionada não com o que as pessoas estão autorizadas legalmente a exercer, mas o que realmente elas acreditam que podem fazer” (BARZEL, 1994, p. 394). Nessa orientação, cabe apresentar a noção de bem entendida como um conjunto finito e potencialmente grande de atributos. Atributos, por sua vez, correspondem a características e usos possíveis do bem (BARZEL, 1997). Assim, um ativo pode ser decomposto em vários atributos que estão contidos nele.

No entanto, é relevante ponderar que a propriedade legal não tem somente a função de uma instituição de execução de baixo custo. Ela também é um contrato padrão que reduz os custos de informação e comunicação e, portanto, tem consequências alocativas (FOSS; FOSS,

1999). Deter a posse legal de um ativo implica que se tenha o direito legal no futuro de atributos ainda não descobertos que o ativo em questão possui. Dessa forma os tribunais não vão interferir no uso do atributo que compõe o ativo, do qual se têm a posse, de acordo com os autores. Porém, no que se refere às possibilidades de uso dos atributos, Foss e Foss (1999) ponderam que ser o “dono” da propriedade não significa que ele automaticamente terá os direitos residuais, é necessário ter habilidade para explorá-los, em conformidade com a lógica estabelecida por Barzel que faz a distinção entre direito legal e econômico. Cabe ainda destacar que, muitas vezes, um conjunto de atributos dos ativos são deixados não especificados de forma consciente, e também não *enforced* possivelmente. Dessa forma, tais atributos estão sujeitos à tentativa de captura, ou seja, os atributos do ativo serão explorados sem compensação para a outra parte (FOSS; FOSS, 1999).

5 ECONOMIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO: O MODELO DE WILLIAMSON E UMA PROPOSTA DE ESTUDO

Quando se volta para o modelo de Williamson, o autor deixa claro que embora existam três dimensões para definição da estrutura que vai governar determinada transação, a mais importante para escolha é a especificidade de ativos. Embora se destaque que as outras duas dimensões, frequência e incerteza, exerçam papéis significativos (WILLIAMSON, 1985). A incerteza a qual o autor se refere pode ter duas fontes distintas. Uma comportamental, que ele destaca e é reforçada pelo pressuposto de comportamento oportunista do qual ele parte (juntamente com a racionalidade limitada), e a outra que tem origem no ambiente de trocas. É nesse último tipo de incerteza que o ambiente institucional. A configuração do ambiente institucional pode possibilitar e garantir direitos legais, provendo baixo esforço das partes para delimitar e reconhecer o que podem e têm o direito de fazer, e também viabilizar mecanismos que delineiam padrões mínimos em determinados atributos que compõem o bem. Isso faz com que sua variabilidade (do bem transacionado) seja diminuída e como consequência a incerteza “intrínseca” ao ativo também diminui.

Barzel (2005) afirma que a padronização reduz as quase rendas e dessa forma, o incentivo à captura. No entanto ele salienta que os benefícios dos padrões gerados devem ser pesados contra os custos de infraestrutura para implementação desses regramentos bem como a perda decorrente da variedade reduzida. Ou seja, é possível perder o que pode ser a "riqueza" do ativo restringindo sua variabilidade. É preciso ter em mente a que propósito o ativo específico se presta, e se há possibilidade de que tal propósito seja garantido, ao mesmo tempo que se possibilita que a troca ocorra ao menor custo possível, viabilizando ou não a existência de padrões efetivos para o bem.

Williamson (1985) apresenta a mesma orientação de Barzel posto, no entanto, de outro ângulo. Ele destaca que caso não haja perturbações exógenas (ambientais) o espaço para atitudes oportunistas é restringindo. Ele afirma que

[...] incertezas comportamentais não se colocam como problemas contratuais se as transações são entendidas estarem livres de distúrbios exógenos, uma vez que não haveria nenhuma ocasião para adaptação e realização de esforços unilaterais para alterar contratos que poderiam e presumivelmente seriam anulados pelos tribunais ou uma apelação a uma outra terceira parte. A insistência nos termos originais seria então em toda parte observada. No entanto, a facilidade de fazer valer (*enforcement*) os contratos desaparece uma vez que é necessário a adaptação (ou pode ser plausivelmente afirmada)¹ (WILLIAMSON, 1985, p. 59)

Ao se contar com um ambiente de transações menos incerto abre-se a possibilidade de operacionalizar a relação via contratação do mesmo ativo. Há, portanto, maior certeza das regras de competição (e conseqüentemente, de conduta) bem como o maior controle sobre os atributos dos ativos transacionados. Desse modo, o espaço de trocas torna-se mais favorável para o que Barzel (2005) define como *agreements*, os contratos de longo prazo.

Assim, a viabilidade da mensuração (e de verificação implícita ao conceito) pode ajudar a diminuir o peso de alguns dos tipos de especificidade do ativo que Williamson apresenta (como por exemplo, a especificidade de ativos físicos e ativos dedicados) para a determinação da estrutura que vai governar as transações. Nesse sentido, tanto a especificidade do ativo e os custos de mensuração na relação de troca são influenciados pelos custos de mensuração e de monitoramento do ambiente institucional no qual as trocas são realizadas. Dado que as regulações introduzem custos por si próprias, em particular por sua rigidez (BARZEL, 1985), tais regras podem não conter todas as ponderações que podem importar, não apresentando a flexibilidade desejada e assim, não possibilitando adaptações requeridas, conforme indicado por Williamson (1985) e destacado acima para as trocas.

A partir da reflexão apresentada percebe-se que há a necessidade de melhor compreender como o ambiente institucional impacta na dimensão “incerteza” no modelo de Williamson, que por sua vez, é um dos atributos de definição da estrutura de governança entre as partes. A melhor compreensão de como as condições e garantias que exercem influência

¹ [...] *behavioral uncertainties would not pose contractual problems if transactions were known to be free from exogenous disturbances, since then there would be no occasion to adapt and unilateral efforts to alter contracts could and presumably would be voided by the courts or other third party appeal. Insistence on original terms would thus everywhere be observed. The ease of enforcing contracts vanishes, however, once the need for adaptation appears (or can be plausibly asserted).*

nos arranjos de troca é um caminho para melhor compreender a influência do ambiente institucional.

6 PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA

De acordo com os objetivos propostos, o plano de trabalho consistirá no aprofundamento da literatura ligada ao tema e busca de levantamento dados secundários que se relacionem ao desempenho dos SAGs, seus mecanismos de funcionamento e também o histórico. O objetivo dessa etapa é compreender os fatores que determinam, atualmente, o estabelecimento de relações de troca. Além disso, por meio desses dados será possível compreender o contexto local e o ambiente institucional no qual as relações se dão. Sendo assim, se faz importante entender como se dão as relações em SAGs que contam com outra estrutura institucional (regras formais e informais). Nesse sentido, os estudos desenvolvidos pela professora Melise Bouroullec, da Universidade de Toulouse, INP, E.I. Purpan, na região Occitanie, na França irão auxiliar no melhor entendimento da influência das condições e garantias para o desempenho dos SAGs. Vale ressaltar que no setor agroalimentar francês, as interprofissões são formas organizacionais típicas e vastamente desenvolvidas. Elas reúnem diferentes atores de uma mesma cadeia (produtores, transformadores e às vezes distribuidores) e tem o objetivo de defender os interesses comuns. Trata-se de instituições necessárias para reduzir os limites da coordenação via o mercado (Ministère de l’Agriculture, de l’Alimentation, de la Pêche, de la Ruralité et de l’Aménagement du Territoire, 2011). Para que seja possível um maior aprofundamento teórico e compreensão das cadeias suínas e de frango na França e seu contexto institucional seis (06) meses de estadia neste país se tornam relevantes. A seguir, no Quadro 01, é apresentado o cronograma de atividades do projeto.

Quadro 01: Cronograma de atividades da pesquisa		
Atividade	Precedência	Duração
1 Levantamento teórico acerca do problema de pesquisa	-	1,5 meses
2 Levantamento de dados estatísticos e descritivos dos SAGs de carne de frango e suíno na França	1	02 meses
3 Desenvolvimento analítico, com base nos dados coletados, da compreensão da influência do ambiente institucional nas relações nos SAGs suíno e de frango na França	2	1,5 meses
4 Elaboração do relatório final do projeto	3	01 mês

REFERÊNCIAS

- ANUALPEC: Anuário da Pecuária Brasileira. São Paulo: Informa Economics: FNP, 2013.
- ALSTON, Lee J.; MUELLER, Bernardo. *Property Rights and the State*. In: MÉNARD, Claude; SHIRLEY, Mary M. (Org). *Handbook of New Institutional Economics*. Netherlands: Springer, 2005.
- ARROW, Kenneth J. 1969. *The Organization of Economic Activity: Issues Pertinent to the Choice of Market versus Non-market Allocation*. In: *The Analysis and Evaluation of Public Expenditure: The PPB System*. v. 1 U. S. Joint Economic Committee, 91st Congress. Washington, D C: U. S. Government Printing Office.
- BARZEL, Y. 1994. "The Capture of Wealth by Monopolists and the Protection of Property Rights," *International Review of Law and Economics* 14: 393-409.
- _____. 1997. *Economic Analysis of Property Rights*. Cambridge University Press.
- _____. 2000. *Property rights in the firm*. In: Machesney Eds. Princenton University.
- _____. *Organizational forms and measurement costs*. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, 161, p. 357-373, 2005
- _____. *Transaction Costs: Are They Just Costs? Journal of Institutional and Theoretical Economics*, Bd. 141, H. 1., 2nd Symposium on The New Institutional Economics, p. 4-16, märz, 1985.
- BRENZAN, C. K. M.; SOUZA, J. P. Coordenação e Governança na cadeia produtiva do frango: Um estudo de caso de uma Cooperativa do Oeste Paranaense. In: XXXII Encontro Nacional de Engenharia da Produção, 2012, Bento Gonçalves. Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social: As Contribuições da Engenharia da Produção, 2012. v. XXXII.
- CEPEA-CNA. Suinocultura brasileira avança no cenário mundial. **Ativos Suinocultura**. Ano 1, ed 01, maio de 2015.
- FOSS, Kirsten; FOSS, Nicolai. *Assets, attributes, and ownership*. *Institut for Industriekonomi og Virksomhedsstrategi*. Working Paper, 5, dec. 1999.
- NORTH, Douglass C. (1992). *Transaction costs, institutions, and economic performance*. Occasional Papers n. 30, An International Center for Economic Growth Publication, San Francisco, CA.
- NORTH, Douglass C. 2003. Understanding de process of economic change. Forum Series on the Role of Institutions in Promoting Economic Growth.
- _____. Institutions. *The American Economic Review*, vol. 05, n. 01, p. 97 - 112, 1991
- OECD-FAO. (2015). *OECD-FAO Agricultural Outlook 2015*, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/oecd-fao-agricultural-outlook-2015_agr_outlook-2015-en>. Acesso em: 10 abr. 2016.
- WILLIAMSON, Oliver. **The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting**. New York: The Free Press, 1985
- _____. *The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead*. *Journal of Economic Literature*, vol. XXXVIII (September 2000), p. 595-613.

Prof. Doutor José Paulo de Souza
Orientador brasileiro